LDB x Lei nº 10.639, de 2003

E o racismo com isso?

IÊDA LEAL DE SOUZA*
LUÍS CLÁUDIO DE OLIVEIRA**

... “ Mudaram os nomes às coisas para as coisas se esquecerem do que eram. Assim, desigualdade passou a chamar-se mérito; miséria, austeridade; hipocrisia, direitos humanos; guerra civil descontrolada, intervenção humanitária; guerra civil mitigada, democracia. A própria guerra passou a chamar-se paz para poder ser infinita.

(Boaventura Sousa Santos)

RESUMO: A finalidade desta reflexão é contribuir para as análises sobre a implementação da Lei nº 10.639, de 2003, que, tal como outras mudanças, alterou a Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, que define as diretrizes e bases da educação nacional – ao introduzir no currículo escolar a obrigatoriedade do ensino de história e culturas africana e afro-brasileira. Mais precisamente, procura-se apontar elementos para um balanço das potencialidades de uma política educacional concebida para intervir objetivamente na arquitetura do ideário racista no País.

Palavras-chave: Educação. Lei nº 10.639, de 2003. Racismo.

* Pedagoga. Membro do Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE-GO), Secretária de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2014/2017) e vice-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - Sintego (2014/2017). Goiânia/GO – Brasil. E-mail: <filhaleal@yahoo.com.br>.

** Doutor em Memória Social e Cientista Social. Professor adjunto do Departamento de Formação de Professores na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Febr/Uerj) e consultor junto a instituições públicas e privadas em projetos sociais que requerem experiência na análise das relações raciais no Brasil, assim como um especial manejo na articulação do conhecimento nas áreas de Antropologia, Educação, e Ciência da Informação. Duque de Caxias/RJ – Brasil. E-mail: <luisclaudiooliveira@hotmail.com>.

LDB x Law nº 10639 of 2003

And the racism that comes with it?

ABSTRACT: The purpose of this reflection is to contribute to the analysis on the implementation of law nº 10.639, of 2003, which, as with some other changes, modified law nº 9.394 of December 1996, which had defined the school curriculum and the obligation to teach African and Afro-Brazilian history and their cultures. More precisely, it seeks to point out elements to create a possible balance in an educational policy designed to intervene objectively in the architecture of the racist ideology in the country.

Key words: Education. Law nº. 10.639 of 2003. Racism.

LDB x Ley nº 10.639, de 2003

Y el racismo qué?

RESUMEN: El objetivo de esta reflexión es contribuir para los análisis sobre la implementación de la Ley nº 10.639 de 2003 que, al igual que otros cambios, modificó la Ley nº 9.394 de diciembre de 1996, que define las directrices y bases de la educación nacional, al introducir en el currículo escolar la obligatoriedad de la enseñanza de historia y cultura africana y afrobrasileña. Más exactamente, se busca señalar elementos para un balance de la potencialidad de una política educativa concebida para intervenir objetivamente en la arquitectura de los conceptos racistas en el País.

Palabras clave: Educación. Ley nº 10.639, de 2003. Racismo.

LDB x Loi nº 10.639, de 2003

Et le racisme dans tout ça?

RÉSUMÉ: Cette réflexion a pour finalité de contribuer aux analyses concernant l'implantation de la Loi nº 10.639, de 2003, qui, tout comme d'autres changements, a modifié la Loi nº 9.394 de décembre 1996, qui définit les lignes directrices et les bases de l'éducation nationale, en introduisant dans le programme scolaire l'obligation de l'enseignement de l'histoire et des cultures africaines et afro-brési-

liennes. Nous cherchons plus particulièrement à distinguer les éléments qui permettent un bilan des potentialités d'une politique éducationnelle conçue pour intervenir objectivement dans l'architecture de l'idéologie raciste dans le Pays.

Mots-clés: Education. Loi nº 10.639, de mars 2003. Racisme.

Introdução

Revisitamos o texto da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (Lei nº 9.394, de 1996), também conhecida popularmente como Lei Darcy Ribeiro, devido a este importante antropólogo, educador e político brasileiro, um dos seus principais formuladores, ter encaminhado um substitutivo pelo PDT, aprovado pelo Senado em fevereiro de 1996, que provocou o arquivamento do projeto original. Sublinhamos, juntamente com autores como Curry (2002) e Ribeiro (2000), que nos 92 artigos, que versam sobre os mais diversos temas da educação brasileira, desde o ensino infantil até o ensino superior, trata-se da mais importante lei brasileira a definir o papel social da educação. Dentre as características mais proeminentes, estabelece a função do Governo Federal, estados e municípios na gestão da educação, assim como as funções e obrigações dos trabalhadores da educação (das equipes de gestão aos docentes etc.), determinando que todo cidadão brasileiro tem o direito ao acesso gratuito ao ensino fundamental (9 anos de estudo), e apontando para que este direito seja, gradativamente, levado também ao ensino médio. Descreve as obrigações das instituições de ensino (escolas, faculdades, universidades, etc.) e delimita a carga horária mínima para cada um dos níveis de ensino, apresentando as diretrizes curriculares básicas, detalhadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCN.

Entretanto, sublinhamos igualmente uma de suas incompletudes sobre a qual procuraremos desenvolver a argumentação. A Lei 10.639, de 2003, assim como a Lei nº 11.645, de 2008 (dedicada à mesma matéria alusiva aos indígenas), por terem sido criadas somente no atual século, evidenciam a invisibilidade, por décadas, dos setores da elite intelectual brasileira, em disputa pela formulação da LDB, na criação de mecanismos que favoreçam a educação da sociedade brasileira para a compreensão das relações étnico-raciais, visando a eliminação do racismo, nas suas diferentes acepções.

A reflexão proposta por Paulo Freire sobre o desenvolvimento da educação formal indica que esta, além de consistir em produto cultural e temporal das tradições de cada sociedade, é diretamente afetada pelas transformações que nela se processam e, por decorrência, pelas mudanças de mentalidade que as transformações acarretam (FREIRE, 1978). Tendo em vista que as atuais diretrizes, seguidas nos sistemas educacionais

brasileiros, conjugam uma multiplicidade de circunstâncias histórico-políticas que as embasam, refletir sobre as expectativas geradas pela Lei nº 10.639, de 2003 sugere uma visita aos caminhos que nos trouxeram até a LDB e, a posteriori, apondo significados ao olhar, ou ao “não olhar” a população negra das elites dirigentes.

Caminhos para a LDB e além

No texto da Constituição de 1891, não se nota qualquer referência ou anotação sobre a criação de um sistema educacional no País (RIBEIRO, 2000). Ao longo do texto constitucional, observamos que este não era um ponto importante para aqueles que dirigiam a nação brasileira. Não era prioridade garantir educação para os filhos da classe trabalhadora. Escola (educação formal) era para os ricos e poderosos; para a população pobre e em grande parte descendente direta de escravizados, o Estado republicano visava apenas o trabalho, a fim de assegurar a travessia segura para o capitalismo industrial, a despeito das proposituras do movimento abolicionista. Como indica o historiador Robert Conrad (1978, p. 76),

abolicionistas radicais, como Nabuco, André Rebouças, José do Patrocínio, Antônio Bento, Rui Barbosa, Senador Dantas e outros esperavam que a extensão da educação a todas as classes, a participação política em massa e uma ampliação de oportunidades econômicas para milhões de negros e mulatos e outros setores menos privilegiados da sociedade brasileira viessem a permitir que estes grupos assumissem um lugar de igualdade numa nação mais homogênea e próspera.

No entanto, a instalação do novo regime, em que pese as narrativas que se referem a um novo tempo, não visava democratizar a sociedade ou abrir janelas para a mobilidade social, especialmente dos ex-escravizados e seus descendentes. As oligarquias que fundaram a República brasileira assim o fizeram para manter intocada uma estrutura social elitista, excludente e racista. Não é por acaso que nesse texto constitucional, que teve uma duração de 43 anos, cobrindo todo o período pós-abolição, para as elites que o outorgaram não se justificava que a educação fosse objeto de legislação (RIBEIRO, 2000).

Apesar da nenhuma importância atribuída à educação das classes populares, em 1932, o grupo de intelectuais composto, destacadamente, por Fernando de Azevedo e outras figuras respeitáveis da pedagogia brasileira, como Lourenço Filho (1897-1970) e Anísio Teixeira (1900-1971), passaria às páginas da história como criadores do movimento pela Escola Nova no Brasil. Influenciados pelas ideias de John Dewey, nos Estados Unidos, e de Émile Durkheim, da escola francesa de sociologia, que defendiam a educação como necessidade social, fundamentariam a tese de que o Estado precisava assumir uma política educacional independente da igreja, que objetivasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

O “escolanovismo”, movimento de reestruturação da educação presente em vários países, adquiriu tal nível de mobilização que, no Brasil, em 1934, com a outorga de uma nova Constituição, na Era Vargas, a educação passa a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Entretanto, mesmo inserida na Constituição, somente treze anos depois, em 1948, se inicia de fato o debate que conduziria em 1961 à aprovação da primeira versão de LDB para o País, recebendo o número 4.024, sancionada no dia 20 de dezembro daquele ano. Assim nascia a primeira LDB (DEMO, 2002; RIBEIRO, 2000; SAVIANI, 1999).

É interessante observar que, em paralelo ao movimento escolanovista, durante o mesmo período, também denominado de pós-abolição, em diferentes unidades da federação surgem ou se reorientam associações afro-brasileiras representativas dos interesses da população negra. Caracterizadas principalmente pelo desenvolvimento de atividades de lazer e de cultura, notadamente os clubes negros, muitas se dedicavam à publicação de periódicos, a chamada imprensa negra, mesmo tendo-se em consideração os elevados níveis de analfabetismo da época. Outras associações iam além, possuindo também caráter assistencialista e de prestação de serviços complementares ao Estado, como o são aquelas que enveredaram pela criação e aplicação de práticas educativas concernentes com *um pensar negro*. Este é o caso da Frente Negra Brasileira, fundada em 1931 e destituída pelo Estado Novo em 1937. A FNB prosperou a tal nível de organização e atuação que, para além de promover palestras, grandes bailes, criar e manter departamentos de assistência social e jurídica, grupo de teatro, jornal (A Voz da Raça), instituindo a sua própria escola.

Uma característica a ser observada é a intensa migração de trabalhadores europeus, ainda no período escravista (e posteriormente também trabalhadores japoneses a partir do início do século XX), sabidamente sob a engenharia social das elites dirigentes, em consonância com o Estado, convencidas de que a inexorabilidade da sociedade industrial exigia o branqueamento da população¹.

Assim, o sistema educacional da Era Vargas passou a abrir duas plataformas de organização da educação formal: uma pública, que ignorava a multiculturalidade e a diversidade étnico-racial demandada pelos grupos negros, transparecidas em jornais e boletins editados por intelectuais negros, e que mesmo se configurando como uma imprensa alternativa, se tornara conhecida desde o conturbado período dos movimentos em defesa da abolição da escravatura. A outra plataforma da educação varguista, de natureza privada, além daquela tradicional operada pela igreja principalmente a partir de 1808 quando do desembarque da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, tinha base nos grupos de imigrantes, cada qual voltado para atender os seus pares (DEMARTINI, 1986).

Na pauta do associativismo negro, absorto no discurso escolanovista que prima pelo olhar para a educação como redenção para a condição de pobreza, figura mais do que o acesso do negro à educação formal. Pelo menos para o associativismo praticado pela FNB, a escolarização era vista como essencial para fugir à pobreza, mas também como ponte

para a disputa pelo poder em condições de igualdade com os demais grupos etnicorraciais (GUIMARÃES, 2004)².

A desarticulação da Frente Negra Brasileira (FNB) sob o tacão da “memória oficial”, no governo Getúlio Vargas, representou uma interrupção abrupta no processo de organização dos negros, que se expandira notadamente pelas regiões Sul e Sudeste (MOURA, 1989). A questão da educação para as relações etnicorraciais permaneceria silenciada para a sociedade até a década de 1980, quando seria retomada no conjunto das reivindicações do movimento negro pela adoção de políticas de ação afirmativa.

Significa dizer que os grupos escudados pelo escolanovismo assumiram fortemente o papel de formuladores para pensar o Brasil, do ponto de vista educacional, sem qualquer referência a negros ou a indígenas. Ao longo de trinta e cinco anos – esse é o intervalo entre a aprovação da primeira LDB e a última em 1996 – a educação brasileira veio sofrendo inúmeras transformações, quer pelas mãos do Estado quer pelo movimento educacional independente de ligações governamentais, sem interlocução, porém, com os movimentos de afirmação dos interesses desses dois segmentos sociais.

Em meio a grandes debates e mobilizações, antes mesmo de se chegar à LDB de 1996, aprovou-se uma reformulação da primeira LDB, por meio da Lei nº 5.540, de 1968, que explicitou em seu texto as mudanças no ensino superior, ficando conhecida como a lei da reforma universitária (CUNHA, 2000). Esta, em um curto espaço de tempo, sofreria outra mudança, através da aprovação da Lei nº 5.692, de 1971, que teve vigência até dezembro de 1996 (NISKIER, 1996).

O Estado, então, através da LDB, passa a regulamentar a atuação dos professores, determinando a escolaridade para a atuação dos profissionais, dando ênfase à formação dos professores com ensino superior para a atuação no ensino médio. Isso mostra que as séries iniciais foram preteridas em detrimento do ensino médio. Era flagrante a desconsideração com o ensino fundamental (séries iniciais), pois não se exigia formação específica e nem domínio necessário para atuação nos primeiros anos de escolaridade.

Ainda sob a legislação aprovada em 1971 (a segunda LDB – 5.592), a educação seguia em crescente turbulência, com os desdobramentos do golpe militar de 1964. A nova ordem imposta pelas elites, com as garantias dos militares, redundava em jovens mais patriotas, mas com pouca esperança no ensino superior, pois o mercado exigia mão de obra especializada nos setores industriais. O país crescia, porém a demanda era para trabalhadores com pouca escolaridade e muita produção (NISKIER, 1996).

Associada a essa ausência de expectativas quanto ao desenvolvimento intelectual, estava a formação acrítica recorrente no sistema educacional. A ditadura militar exigia que as escolas incorporassem elementos do nacionalismo, tais como a beleza do culto ao civismo; a exortação aos símbolos nacionais; a fixação na preparação do corpo por meio do esporte, servindo para justificar a competição entre indivíduos, como meta, e a implantação da política meritória, com a premiação dos primeiros, agraciados em face dos esforços

individuais para representar sua escola, seu município, seu estado, enfim o País. Seguiu-se, assim, sem o incentivo à produção intelectual, sem nenhuma luta política e sem a possibilidade de organização da sociedade de forma livre.

Nos anos 80, o País mergulha em profundas reflexões, também surpreendido por nascimentos e ressurgimentos de variados movimentos populares, coroados pelo discurso reivindicativo, como “novos personagens” das lutas por transformação social (SADER, 1988). Permeava, ainda, no imaginário do povo brasileiro o fantasma do regime militar, mas os “novos sujeitos coletivos” apontavam para novos caminhos e exigiam mudanças, inclusive na educação.

Neste cenário de ebulição, em 1983, em inícios da chamada redemocratização, o deputado federal pelo PDT, Abdias Nascimento, respeitado intelectual, artista e ativista histórico do movimento negro, apresenta o projeto de Lei nº 1.332, que propunha ações afirmativas, sem, entretanto, se referir ao termo “cotas”. Propunha, o texto, reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros, na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos para estudantes afro-brasileiros; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática; introdução da história e cultura africanas e do africano no Brasil (SANTOS, 2005). Ao que se saiba, foi a primeira vez que o parlamento brasileiro debateu educação, relacionando o assunto à luta contra o racismo.

Aquela época, representantes de várias entidades do “movimento negro contemporâneo”, que “ressurge” nos anos 1970 e se espessa em nível nacional desde o final daquela década, no contexto da abertura política, se mobilizaram em torno da discussão e encaminhamento do referido projeto de lei. Mas, havia uma inclinação por parte significativa desses grupos, sob forte influência do ideário marxista, destacadamente o MNU (Movimento Negro Unificado), em se contrapor politicamente à concepção de “cotas para negros”. Acatar essa concepção sugeria abrir mão do que se entendia como “luta revolucionária”, para aderir ao que também se entendia como “reforma do capitalismo”.

Assim, falava-se em ações afirmativas, mas com certo constrangimento. Muitos de nós, ativistas desde o fim da adolescência³, somente assimiláramos tal concepção como instrumento de mobilização e luta contra o racismo e a discriminação racial a partir dos anos 2000, quando a grande mídia passa a repercutir os significados de “estabelecimento de cotas para negros nas universidades”, expressão inserida primeiramente na Carta do Rio (documento final da Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, realizada no Rio de Janeiro em julho de 2001), e, na última hora, no documento que o Brasil apresentou na Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em setembro de 2001, na cidade de Durban, África do Sul.

O projeto de lei (PL) do deputado Abdias tramitou por seis anos e acabou sendo arquivado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Entretanto, durante esse período de tramitação, avolumou-se a presença de negros e negras em torno de outra disputa de interesse para a população negra. Em 1987, diante das várias discussões inicialmente circunscritas à comunidade científica, nasce o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), conseqüentemente, acompanhada de um Manifesto Nacional, que traçava as necessidades de se ter uma educação pública gratuita, com acesso para todos. Diferentes setores da sociedade civil participaram intensamente da criação e dos debates no Fórum, inclusive entidades do movimento negro de diferentes matizes.

Aquele era o ano em que o movimento negro planejava as manifestações programadas para o ano de 1988, contra o que fora classificado de “farsa da abolição”. A discussão sobre educação foi, então, consolidada como bandeira principal das reivindicações pautadas no ano da promulgação da Constituição, em outubro de 1988. O debate para aprovação de uma nova LDB foi ganhando musculatura e se transformou em pauta nacional dos vários movimentos sociais. Esse processo de discussão, puxado e organizado pelo deputado federal Otávio Elízio (PSDB/MG) e pelo relator Jorge Hage (PDT/BA), foi precedido por inúmeros debates, em seminários com a participação da sociedade civil, incluindo destacadamente as organizações representativas dos trabalhadores em educação (NISKIER, 1996).

Aprovado na Câmara dos Deputados, o texto segue em 1993 para o Senado, por lá tramitando até a aprovação definitiva pelo substitutivo do senador relator pelo PDT Darcy Ribeiro. Assim, o Congresso Promulga a Lei nº 9.394, de 1996, que é sancionada pelo Presidente da República e publicada no Diário Oficial em 23 de dezembro de 1996. Na apresentação da Lei, o professor Darcy Ribeiro destacava:

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, aprovada após oito anos de debates profundos no Congresso Nacional e de ampla participação de todos os segmentos que atuam na área educacional, é um documento enxuto que reflete bem a realidade educacional brasileira. É, também, um instrumento fundamental de mudança de nossa sociedade, pois, pela sua abertura para o novo, permitirá, na prática, com uma correta interpretação de seu texto e uma rápida adaptação de nossos sistemas educacionais, que a nação enfrente o ritmo acelerado das mudanças que virão em todos os setores e que influenciarão a vida de todas as pessoas, quer elas queiram, quer não (RIBEIRO, Darcy. Apresentação da Lei ao Senado)⁴.

Com efeito, decorridos vinte anos desde a sua aprovação, a sociedade brasileira apresenta mudanças significativas “em todos os setores”. Apõem-se as mudanças resultantes dos progressivos embates do movimento negro nas denúncias do mito da democracia racial. Uma dessas mudanças se reflete na alteração da LDB e na inclusão da obrigatoriedade do ensino de história e cultura da África e dos afro-brasileiros, como já se reivindicava desde o florescer da República.

Lei nº 10.639, de 2003: afinal, o que mudou?

A convicção política de que a educação é chave na construção da cidadania do negro brasileiro conecta o momento atual ao fim do século XIX, no contexto do término jurídico da escravidão. Isto porque, apesar de todas as mudanças no tecido social, e ultimamente na gestão dos interesses públicos, o racismo, estruturante de todas as relações sociais, continua a determinar limites para a reversão das desigualdades socioeconômicas.

De acordo com os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD divulgados em dezembro de 2015 pelo IBGE, os negros e pardos representavam 54% da população brasileira, e, no entanto, sua participação no grupo dos 10% mais pobres era muito maior: 75%. Por outro lado, a participação dos negros no grupo do 1% mais ricos não chega a 18%. Esses dados, como há anos vêm assinalando economistas como Marcelo Paixão (2008), representam a tela principal de um conjunto de fatores que aprisionam a população negra na base da pirâmide social, como é o caso da educação. Em 2015, ainda segundo a PNAD 2015, 53,2% dos estudantes pretos ou pardos de 18 a 24 anos de idade cursavam níveis de ensino anteriores ao superior, como o fundamental e o médio, enquanto apenas 29,1% dos estudantes brancos estavam nessa mesma situação. Isto demonstra que apesar da adoção das políticas de ação afirmativa (aqui, especificamente, as cotas para negros nas universidades), o fosso que separa o acesso de brancos e negros ao ensino superior está longe ainda do que seria uma situação de equilíbrio.

Pode-se inferir, também, que esses dados são reveladores da potência do mito da democracia racial, pois, mesmo diante dessas evidências, parte muito significativa dos trabalhadores em educação, sobretudo de gestores e docentes na educação básica, ainda insiste em manter fechados os olhos para a relevância da Lei nº 10.639, de 2003.

A professora de línguas Fabia Kelli Batista Lopez, do colégio estadual de São Miguel do Araguaia, na cidade de mesmo nome, ao noroeste do estado de Goiás, em treze anos de existência da legislação, é uma das inúmeras vozes que admitem nunca ter desenvolvido, de modo contínuo em suas aulas, conteúdos que atendam à legislação. Revela que falta material didático adequado para este fim na escola e que nunca participou de nenhum programa de capacitação para lidar com as diretrizes curriculares para a educação para as relações étnico-raciais. Diz que sabe muito pouco sobre a Lei e explica o motivo: “É que nós temos que trabalhar esse conteúdo sobre a cultura africana e do afro-brasileiro na sala de aula, nós sabemos disso, mas só que ele é mais trabalhado mesmo na época da consciência negra (...) a gente não trabalha no decorrer do ano” (ENTREVISTA: Fabia Kelli Batista Lopez, São Miguel do Araguaia, 06 de novembro, 2016)⁵.

Classificar o racismo como crime hediondo e aprovar leis como a que está aqui em tela, ou o Estatuto da Igualdade Racial - que busca igualar as condições de oportunidades e representatividade do segmento negro na sociedade ao tempo em que instrui a defesa dos direitos étnicos individuais - são medidas que possuem imenso significado

para o antirracismo. Contudo, ao que parece, as práticas antirracistas no ambiente escolar ainda estão a depender da iniciativa da professora negra ou do professor negro e das/os trabalhadoras/es da educação politicamente engajadas/os. Acresce a professora Fabia que, para atender efetivamente à legislação, “é necessário ter mais informações, cursos de capacitação... que a parceria com o sindicato é essencial”.

Por outro lado, Noemi Medeiros, graduada em educação física, agente educacional em uma escola de periferia no vigésimo quarto núcleo da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, nos faz crer que essa falta de material didático, informação e preparo para lidar com os conteúdos pertinentes acaba por liquefazer o que, anteriormente à criação da Lei nº 10.639, de 2003, parecia tornar mais sólido o embate. A opinião dessa servidora pública remete à desconfiança de que, sem uma estratégia eficaz pronunciada pelo Estado para a implementação da legislação, possivelmente pode estar havendo mais ocultação das tensões provocadas pelo racismo na escola, em razão do maior conhecimento de outra lei, aquela que pune por crime de racismo.

O que eu acho mais triste é precisar existir uma lei para a gente ser respeitada. Eu acredito que nós estamos sendo mais respeitados, assim em termos de... eles olham a gente com mais cuidado. Não é que terminou o racismo, mas é que ele está cada vez mais oculto. A agressividade que se fazia... hoje eles sabendo que é crime e que a gente passa para o aluno que tem uma lei que ampara ele... (...) Então, quando tu conheces uma Lei tu estás amparado (...) quando tu tens uma Lei tu mostras que não estás sozinho, que somos um grande grupo que estamos lutando por esse ideal (ENTREVISTA: Noemi Medeiros, Porto Alegre, 02 de novembro de 2016)

A sensibilidade da funcionária Noemi talvez esteja a oferecer pistas para avaliar que a comunidade escolar, que se vê obrigada, há mais de treze anos de sanção da Lei nº 10.639, de 2003, a realizar atividades sobre “a consciência negra” relacionando-as quase sempre exclusivamente ao período de novembro, pode estar, na realidade, reduzindo o que se encontra no “espírito” da Lei a ações pontuais, que aparentemente justificariam o seu cumprimento. E os agentes que têm assumido a responsabilidade de definir procedimentos metodológicos e conduzir pedagogicamente as ações a eles inerentes, mesmo que parcialmente, ao invés das equipes de direção, continuam a ser as/os trabalhadoras/es em educação politicamente engajadas/os.

Neste sentido, o que teria realmente mudado com o acréscimo feito à LDB? Teria sido tão somente o ambiente de legitimidade dentro da escola para que quem sempre foi politicamente engajada/o exija, e não apenas demande, as condições objetivas para fazer o que sempre se fez. Essa situação nos remete ao pensamento de Boaventura Souza Santos enunciado como epígrafe, ou seja, mudar o nome das coisas não significa necessariamente mudar as coisas. Criar uma nova Lei não implica tornar assimilável para a sociedade a história de lutas que se encontra nela representada.

Últimas considerações

Avaliando o alcance das inovações propostas pela LDB, conclui-se, sem maiores discordâncias, que apesar de o Brasil ter dado um grande salto, especialmente durante os governos de administração do Partido dos Trabalhadores⁶, não logrou ainda implantar uma verdadeira educação infantil, garantir a gratuidade escolar e a autonomia das universidades, banir o analfabetismo, atingir um elevado grau na formação e aperfeiçoamento dos docentes, proporcionar o acesso a uma educação de qualidade a uma parcela expressiva da população, que fica excluída também de outros processos sociais, na sua maioria os negros.

Sabe-se que há muito tempo o ativismo negro se encontra presente nas escolas, realizando palestras, projetos pedagógicos ou atuando diretamente em sala de aula. Professoras negras e professores negros, apoiadas/os por todos aqueles que desejam de fato soterrar as relações de opressão têm-se esforçado para construir referências positivas da história e culturas africana e afro-brasileira desde os primeiros anos da República.

Essa prática, emanada do movimento negro, e cada vez mais encampada, nos últimos anos, pelo movimento sindical tem sido decisiva para tencionar a sociedade brasileira e fomentar junto ao Estado as políticas públicas necessárias para combater o racismo e conquistar a igualdade racial. Sem essa condição, a sociedade brasileira jamais será uma sociedade democrática, o que significa que esta não é uma luta a ser levada adiante somente por negros e negras ou outros politicamente engajados. Destruir o racismo continua sendo um imperativo de todas as pessoas e de todas as instituições.

Recebido em agosto de 2016 e aprovado em novembro de 2016

Notas

- 1 Sobre isto ver SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- 2 A Frente Negra Brasileira foi reconhecida como partido político em 1936, visando, portanto, a disputa institucional pelo poder.
- 3 Naquele contexto, a autora e o autor davam os seus primeiros passos na inserção em organizações do movimento negro, respectivamente no Movimento Negro Unificado, em Goiás, e no Grupo de Trabalhos André Rebouças, no Rio de Janeiro.
- 4 Grifos nossos.
- 5 Em decorrência da motivação para a escrita deste texto, a autora e o autor têm empreendido coleta de dados, por meio de entrevistas, junto a profissionais em educação básica, em diferentes cidades do País, com a finalidade de aprofundar a análise aqui proposta.

- 6 Ver RELATÓRIO EDUCAÇÃO PARA TODOS NO BRASIL 2000-2015. Versão Preliminar. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192. Acesso em 30 out 2016. Ver também Relatório de Monitoramento Global de EPT - Educação PARA TODOS 2000-2015: progressos e desafios. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>. Acesso em 30 out 2016.

Referências

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 10 nov. 2016.
- CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil 1850-1888**. [The Destruction of Brazilian Slavery- 1850-1888] Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Brasília, Instituto Nacional do livro, 1978. 394p. (Retratos do Brasil, 90).
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CURY, C. R. Jamil. A Educação Básica no Brasil. In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 168-200, setembro 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12929.pdf>
- DEMATINI, Zélia de Brito Fabri. A Desescolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século. **Revista Ande**, n. 14, p. 51-60. São Paulo, 1986.
- DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. 13 ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, 2004, vol. 18, n. 50, Jan/Abr, 2004.
- NISKIER, Arnaldo. **LDB: a nova lei da Educação**. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.
- PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz (Orgs.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil**, 2007-2008. Rio de Janeiro: Garamont, 2008.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**. 16. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80/ Eder S. Sader**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 5 ed. Campinas (SP): Autores Associados, 1999. (Coleção educação contemporânea)
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.